



Portugal em 7º lugar no inquérito internacional à literacia financeira dos adultos 2020 da OCDE/INFE

Portugal ficou em 7º lugar no indicador global de literacia financeira no inquérito internacional à literacia financeira dos adultos 2020 promovido pela *International Network on Financial Education* da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE/INFE) junto de 26 países e cujos [resultados](#) foram divulgados esta quinta-feira, 25 de junho.

O indicador global de literacia financeira da OCDE/INFE agrega três vertentes: conhecimentos, atitudes e comportamentos financeiros. Portugal surge em 5º lugar no indicador de atitudes financeiras, ocupando a mesma posição no indicador de comportamentos financeiros. Na vertente de conhecimentos financeiros, Portugal ocupa a 16ª posição.

A OCDE/INFE analisou também um conjunto de questões relevantes para medir a inclusão financeira e caracterizar a resiliência e o bem-estar financeiro. Portugal surge acima da média na generalidade dos indicadores de inclusão financeira e de resiliência financeira, mas obtém um resultado abaixo da média no indicador de bem-estar financeiro.

No **indicador global de literacia financeira**, Portugal obteve 13,1 pontos (de 21 pontos possíveis), acima da média dos países participantes (12,7).

Quanto à avaliação de **conhecimentos financeiros**, Portugal teve 4 pontos (de 7 pontos possíveis), abaixo da média dos países participantes (4,4).

Nas questões sobre conhecimentos financeiros, a generalidade dos entrevistados portugueses respondeu corretamente à questão sobre o valor de juros a pagar no empréstimo de 25 euros por um dia (87,4%), acima da média dos países participantes. A maioria respondeu também corretamente às questões sobre a relação entre inflação e custo de vida (74,7%), sobre a relação entre retorno e risco de um investimento (72%) e sobre o efeito de perda de poder de compra resultante de uma taxa de inflação de 2% (55,8%), resultados ainda assim abaixo da média dos países participantes. Quando questionados sobre o cálculo de juros simples e compostos, os portugueses apresentaram resultados menos positivos, já que o nível de respostas corretas foi de 42,6% e 19,8%, respetivamente, abaixo da média dos países participantes.

Relativamente aos temas relacionados com **comportamentos financeiros**, Portugal alcançou 5,9 pontos (em 9 pontos possíveis), acima da média dos países participantes (5,3).

Quando confrontados com um problema pontual de rendimento insuficiente, a generalidade dos entrevistados não pediu dinheiro emprestado (90,1%), percentagem significativamente acima da média dos países participantes. Os resultados estão também acima da média nas afirmações: “Pago as minhas contas a tempo” (89,1% concorda com esta afirmação); “Antes de comprar qualquer coisa pondero com cuidado se posso suportar esse custo” (84,1% concorda com esta afirmação); e “Controlo pessoal e sistematicamente as minhas finanças pessoais” (79,4% concorda com esta afirmação).



A maioria dos entrevistados revela pro-atividade na aplicação da poupança (63,5%), uma percentagem ainda assim inferior à média dos países participantes. Já a definição de objetivos financeiros de longo prazo é referida por 48,8% dos entrevistados, percentagem ligeiramente superior à média dos países participantes.

No indicador de **atitudes financeiras**, Portugal obteve com 3,2 pontos, acima da média dos países participantes (3 pontos). Os resultados neste indicador decorrem da avaliação dos entrevistados sobre as afirmações: “Vivo para o presente e não me preocupo com o futuro”, “Dá-me mais prazer gastar dinheiro do que poupar para o futuro” e “O dinheiro existe para ser gasto”.

Nas questões sobre **inclusão financeira**, a generalidade dos entrevistados conhece pelo menos cinco produtos financeiros (89%), uma percentagem superior à média dos países participantes (83%). A generalidade dos entrevistados detém uma conta de depósito à ordem (92%), significativamente acima da média dos países participantes (70%). Os produtos de poupança e investimento surgem em segundo lugar nos produtos detidos pelos portugueses (48%), ainda que ligeiramente abaixo da média dos países participantes (51%). Já a proporção de entrevistados que detém produtos de crédito (46%) e seguros (43%) é ligeiramente superior à média dos países participantes (44% e 37%, respetivamente).

Quanto aos indicadores de **resiliência financeira**, que avaliam a capacidade do entrevistado de antecipar, absorver e reagir a choques que possam afetar as suas finanças pessoais ao longo do tempo, os resultados de Portugal estão acima da média no controlo sistemático das finanças pessoais, na ponderação das despesas, no pagamento atempado das contas, na definição de objetivos financeiros de longo prazo, bem como na não utilização de crédito e no tempo de cobertura das despesas em caso de quebra de rendimento. O desempenho nacional revela maior *stress* e preocupação financeira (com o pagamento das contas ou que o dinheiro não seja suficiente, por exemplo) e menor pro-atividade na aplicação de poupança do que a média dos países participantes.

No indicador de **bem-estar financeiro**, Portugal obteve 8,8 pontos (de 20 pontos possíveis), abaixo dos 9,5 pontos para a média dos países participantes. Este indicador resulta da avaliação dos entrevistados a cinco questões: “Por causa da minha situação financeira sinto que nunca terei as coisas que quero”, “Sinto que financeiramente estou apenas a manter-me”, “Preocupa-me que o meu dinheiro não dure para sempre”, “Sobra-me dinheiro no fim do mês” e “As minhas finanças pessoais controlam a minha vida”.

Esta foi a segunda vez que Portugal participou nesta comparação internacional (a primeira vez foi em 2015), que abrangeu ainda os seguintes países: Alemanha, Áustria, Bulgária, Colômbia, Coreia do Sul, Croácia, Eslovénia, Estónia, França, Geórgia, Hong Kong, Hungria, Indonésia, Itália, Malásia, Malta, Moldávia, Montenegro, Peru, Polónia, República Checa, República da Macedónia do Norte, Roménia, Rússia e Tailândia.

Em Portugal, as questões da OCDE/INFE integram o 3.º Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa, promovido pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (Banco de Portugal, Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e Comissão do Mercados de Valores Mobiliários), no âmbito do Plano Nacional de Formação Financeira.



Sobre a INFE

A International Network on Financial Education foi criada, em 2008, sob a égide da OCDE, para promover princípios e boas práticas de formação financeira.

A INFE funciona como plataforma de recolha de dados e informação sobre a literacia financeira, com vista à elaboração de relatórios analíticos e comparativos e ao desenvolvimento de investigação e instrumentos de política. Nesta rede, participam entidades reguladoras, bancos centrais, ministérios das finanças e agências de educação financeira de países membros e não membros da OCDE.

O Banco de Portugal, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e a Comissão do Mercados de Valores Mobiliários são membros da INFE.